

diversificada, e que raramente supera o âmbito de uma determinada unidade federativa. No outro extremo, é difícil justificar a regionalização de livros de matemática, geometria ou história da literatura. Na faixa intermediária, a discussão fértil talvez se localize menos da proposição de livros regionais, do que as formas de adequação de livros a diversidades locais, e de formas de entendi-

mento e crítica de livros a partir de perspectivas regionais.

Em última análise, a discussão deixará de ser uma discussão centrada na questão regional, para voltar a se debater a própria razão de ser do livro didático, sua proposta pedagógica, sua concepção do aluno e da situação de ensino, sua postura face ao processo de aprendizagem.

---

## O LIVRO DIDÁTICO: REFLEXÕES SOBRE CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E UTILIZAÇÃO\*

*Teresa Roserley Neubauer da Silva*

Do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas.

Nos últimos tempos, fomos vítimas de um critério homogeneizador que invadiu compulsivamente o país e tomou conta do cenário educacional — o da regionalização. Este, entretanto, não pode ser um critério aprioristicamente estabelecido para determinar excelência e adequabilidade de qualquer material didático. Ao contrário, pode até mostrar-se frágil, quando os meios de comunicação de massa estão invadindo tanto as nossas vidas. Fomos sempre um país afeito a modismos e, neste momento, propomos a passagem da centralização sufocante para a regionalização exagerada, sem nenhuma ou com muito pouca capacidade de crítica. Isso assusta muito, pois nossas instituições públicas (principalmente no que diz respeito ao ensino de 1<sup>o</sup> grau) possuem marcas profundas de incompetência (veja-se as altas taxas de reprovação) e funcionamento tipicamente cartorial. Na maior parte dos estados do país, mesmo quando existe estatuto do magistério, diretor é cargo de confiança e grande parte do professorado é recontratado ano a ano, sem qualquer segurança quanto a vencimentos e direitos adquiridos.

Nas regiões mais pobres, a excessiva regionalização e descentralização, que foram atributos deste país no começo do século pode ser uma forma de fortalecer feudos de poder local, tornando ainda maior o fosso que separa as regiões mais e menos desenvolvidas do país. É preciso tomar cuidado para que não sejamos vítimas ingênuas e deslumbradas de um grande engodo nacional. Afinal, estaríamos mais uma vez reproduzindo nossa própria história de engodos, muitas vezes financiados por

organismos internacionais como a USAID e o Banco Mundial. Descentralização ou regionalização não são palavras mágicas que reparam todos os males, quando são, como têm sido, propostas de cima para baixo, como quer por decreto. Dessa forma, acabam por trazer consigo os mesmos vícios que caracterizam a centralização.

O que isto tem a ver com a produção e utilização do livro didático?

Quero chamar a atenção para esse problema porque a busca de critérios regionalizados no campo educacional pode estar sendo um bode expiatório que nos está desviando do problema principal: o de como colocar a educação — e os diferentes recursos educacionais — a serviço dos grandes contingentes de crianças que todos os anos afluem aos bancos escolares de norte a sul do país e que possuem características em grande parte comuns.

A produção do livro didático está amarrada, em nosso país, aos conteúdos mínimos estabelecidos nas propostas oficiais de ensino — tenham elas o nome de programas ou de currículos.

A preocupação que caracterizou e ainda caracteriza a maior parte do material produzido é a de cumprir os programas e não infringir o pensamento oficial que avalia

---

\* Palestra proferida no XII Encontro Nacional do Livro Didático, realizado pela COEPE e pela FENAME, Brasília, dezembro de 1982.

o produto final por critérios puramente formais e superficiais. Não existem diretrizes básicas para o processo de produção.

Poderia ser diferente — se não temos enfrentado com seriedade nossos problemas educacionais?

Somente na medida em que a educação, principalmente no que respeita às 1<sup>as</sup> séries do 1<sup>o</sup> grau, se transformar numa prioridade nacional, seremos capazes de tomar decisões políticas fundamentais para o estabelecimento de critérios realistas sobre a qualidade técnica do material didático a ser produzido, selecionado e utilizado nas escolas, e sobre a participação do professor neste processo.

Se a decisão política adotada for a de tentar diminuir (não a de eliminar, que sabemos impossível), através da escola, a distância social que existe fora da escola, então não será qualquer tipo de escola pública, nem qualquer tipo de material didático-pedagógico que servirá às crianças que aí se encontram.

Esta é uma sociedade profundamente desigual. E podemos estar aumentando esta desigualdade quando afirmamos que as crianças das classes populares podem ser alfabetizadas de pé no chão.

A opção política de aplicar o dinheiro público na melhoria da qualidade de vida das camadas populares, que foram as mais prejudicadas pelo modelo econômico atual, obrigará o governo, grande comprador de livros didáticos, a selecionar para as crianças dessas camadas um material de qualidade semelhante ou até melhor que os usados pelas crianças bem sucedidas das classes economicamente privilegiadas.

É fato conhecido que um ambiente escolar materialmente empobrecido não facilita a aprendizagem de qualquer tipo de criança e, em relação às crianças mais pobres, aumenta a distância social entre elas e as e as crianças economicamente mais favorecidas com as quais competem.

A decisão política de fornecer às escolas públicas um material escolar mais enriquecido tem profundas implicações técnicas.

As primeiras séries do 1<sup>o</sup> grau das escolas públicas, têm presenciado altos índices de reprovação.

Tentemos caracterizar brevemente o protagonista principal desta peça melodramática que denominamos "fracasso escolar nas 1<sup>as</sup> séries": o aluno. O aluno é pobre. Mal alimentado. Doente. Na maior parte das vezes, carente de estimulação visual e auditiva, com dificuldades para concentrar a atenção, devido à dessensibilização que seu sistema neurológico sofreu para adaptar-se ao ambiente familiar que, em geral, se caracteriza por poucos cômodos excessivamente ocupados e altamente ruidosos. Essa criança desenvolveu uma série de habilidades importantes para a sobrevivência no seu meio-ambiente: ela cuida dos irmãos mais novos, lava e passa roupa, faz pequenos biscates, trabalha na roça. Porém, não desenvolveu algumas habilidades específicas necessárias à aprendizagem da leitura e escrita, e deverá fazê-lo na escola, preferentemente através do uso de material concreto, bonito, colorido, estimulante, bem dosado e adequado às suas dificuldades.

É preciso deixar de romantismo (como é o caso de algumas poucas experiências bem sucedidas de escolinhas pobres com um professor abnegado) e pensar no ensino de massa, nos 60% das crianças que são reprovadas no final de todos os anos. Estas crianças não aprendem a ler e a escrever só a partir da habilidade de puxar carrinho em feira, capinar na roça ou buscar água na bica. A menos que se tenha coragem de afirmar que a habilidade de leitura e escrita não é importante para sobreviver na sociedade urbana para a qual todos caminhamos vertiginosamente, é preciso fazer algo específico para transformar a experiência escolar das crianças das classes populares numa experiência bem sucedida.

Não podemos mudar hoje as crianças que estão na escola, mas existem indicadores que me permitem afirmar:

1<sup>o</sup>) toda criança — tenha ela nascido na Amazônia, no sertão nordestino ou na metrópole paulista — tem necessidade de passar por algumas etapas que a preparam para aprendizagens posteriores;

2<sup>o</sup>) essas etapas variam de acordo com seu desenvolvimento cognitivo, sua percepção, seu padrão de linguagem;

3<sup>o</sup>) a exposição das crianças a um ambiente com maior estimulação material e humana auxilia o professor, aumenta a motivação das crianças e facilita a aprendizagem.

Por tudo isso não podemos aceitar para as crianças das camadas populares um materialzinho qualquer, feito em papel jornal e de qualidade duvidosa.

Dar menos aos que tem pouco é aumentar ainda mais a desigualdade social a que estão sujeitos. A desculpa de que não existem verbas só indica que as prioridades estão sendo colocadas em outros setores que não o da educação básica. A reprovação representa um custo social e econômico muito alto e justifica alguns gastos a mais com a escola de 1<sup>o</sup> grau. Por outro lado, se os recursos para educação são poucos e os problemas do ensino de 1<sup>o</sup> grau são muito graves, a questão dos critérios de seleção e utilização de livros didáticos constitui problema muito sério. É preciso fazer uso mais adequado dos recursos que possuímos, sem enveredar por caminhos românticos e pouco produtivos.

Um processo de seleção e utilização do material didático feito com seriedade implica em obter, organizar e especificar uma série de informações sobre a criança, o professor e a comunidade, que são essenciais e vitais para esse processo.

Para elaborar ou selecionar materiais didáticos, uma equipe técnica precisa ter informações:

1<sup>o</sup>) sobre o desenvolvimento cognitivo, percepção, padrão de linguagem das crianças a quem o material se destina, pois eles são elementos básicos para o planejamento e desenvolvimento da aprendizagem dessas crianças;

2<sup>o</sup>) sobre os professores que irão usar o material, o que conhecem, sua formação, experiência. Essas infor-

mações permitirão avaliar a adequação do material didático ao trabalho desses profissionais.

3º) sobre Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, que deverão nortear o trabalho técnico de estabelecer seqüências e ritmos de aprendizagem e repensar a adequação dos materiais às informações obtidas sobre os alunos e os professores.

Estou fazendo essas colocações porque corremos o risco de acreditar ingenuamente que possuímos livros didáticos adequados para tal e tal clientela, sem nem sequer conhecermos suas características psico-neurológicas, cognitivas, ambientais e lingüísticas.

O que temos presenciado ultimamente na seleção e produção de livros didáticos para as 1<sup>as</sup> séries do 1º grau?

Não existe uma preocupação com padrões de excelência e adequabilidade dos materiais a clientelas específicas, de alunos e professores. O que tem existido é uma produção de cunho regionalizante baseada naquilo que os planejadores de materiais didáticos "acreditam" ser bom para as comunidades onde são usados, sem ter sequer o cuidado de verificar se aquilo é realmente o que essas comunidades desejam.

Na maior parte das vezes, esses materiais acirram uma falsa polarização entre norte e sul do país, ou entre zona rural e urbana, o que não é suficiente para justificar nossa incompetência nacional frente ao ensino das habilidades básicas de leitura e escrita. Enquanto os técnicos ficam muitas vezes procurando restringir-se teimosamente à geografia regional, a criança lá do sertão de Pedra, em Pernambuco, semi-analfabeta, aprecia tranquilamente o Corcovado e o Pão de Açúcar, e ouve a linguagem importada de Ipanema que chega todas as noites à sua casa, ou à do vizinho, pela televisão. Esses técnicos, distantes do problema da migração, que aquela criança provavelmente enfrentará, optarão "para ela" por um currículo e por livros didáticos que se restringem à cor local. A aprendizagem deve caminhar do próximo para o distante, do concreto para o abstrato, do conhecido para o desconhecido. Mas o perigo de levar ao extremo a idéia de que é preciso ficar no concreto, no conhecido, no próximo, com crianças que têm apenas três anos de esperança de vida escolar, é o de manter essas crianças limitadas a um meio rural ou urbano bastante empobrecido que, sem laivos de hipocrisia, não aceitaríamos para nossos filhos. Não estaríamos, dessa forma, limitando as possibilidades cognitivas dessas crianças? Um processo de educação formal enriquecedor não será exatamente o que leva o indivíduo a obter informações além daquelas que já possui naturalmente?

A seleção de um material didático pedagógico qualquer, seja livro ou outro material de apoio, pressupõe também profundo conhecimento sobre a área específica — seja português, matemática ou estudos sociais — sobre a qual se está trabalhando. Quantos técnicos existem neste país capazes de examinar um material didático pedagógico das 1<sup>as</sup> séries do 1º grau e justificar porque uma seqüência de sílabas comportaria maior ou menor dificuldade na aprendizagem da leitura-escrita, ou quais as condições mais adequadas para a aplicação de um livro

didático de cunho analítico, ou sintético?

Temos corrido o risco de errar pelo coração, mas precisamos começar a usar a cabeça. A palavra *amor*, por exemplo, é muito encantadora, mas profundamente inadequada para o início do processo de alfabetização de uma língua com as características da nossa. Qualquer criança bem alimentada teria dificuldade de ter "água" como palavra-chave para alfabetização. Para uma criança pobre, com baixa estimulação, a palavra "água" pode ser uma catástrofe, se ela não possuir um excelente professor — avis-rara neste país.

Quantos especialistas em material didático são capazes de ir além de explicações simplistas sobre o livro descartável, como: é uma técnica importante porque as classes são numerosas, as crianças não têm hábito de cópia, a professora não precisa perder tempo para colocar exercícios numa lousa que nem sempre existe — e conseguem apontar as bases psico-pedagógicas do uso deste tipo de material? Sabem eles por que o uso deste tipo de material para crianças muito jovens é tão importante quanto o uso de palavras do seu ambiente para o início da alfabetização? Sabem que a origem destas idéias não é o behaviorismo nem o tecnologismo, mas está na origem da Psicologia escolanovista sobre padrões facilitadores da aprendizagem?

Se o argumento da economia de custos não se sustenta para a eliminação do livro consumível para as crianças das séries iniciais, seu desaparecimento é recomendável à medida em que a criança vai crescendo e tornando-se capaz de trabalhar com livros de texto completamente independente de um livro de exercícios. Isto tem muito a ver com a passagem para o raciocínio lógico formal. Mas quantos sabem disto?

Falemos agora um pouco sobre o problema da participação do professor no processo de seleção e utilização do material. As perguntas que fizemos anteriormente também se aplicam a eles. Temos professores capazes de respondê-las?

Em geral o processo de seleção e produção do livro didático tem sido feito sem a participação e, muitas vezes, à revelia mesmo do professor. O que tem ocorrido é que temos despejado nossos materiais e livros didáticos sobre os professores e eles continuam a ensinar o mesmo conteúdo que já ensinavam, da mesma forma que o faziam, muitas vezes boicotando os novos materiais.

Não adianta, entretanto, tomarmos a decisão autoritária e romântica de que os professores precisam, por decreto, participar da elaboração e seleção de materiais pedagógicos mais adequados às dificuldades de sua clientela. Têm eles condições para fazer isto?

Além da formação deficiente que caracteriza os cursos de formação de professores, grande parte deles são leigos e trabalham na zona rural, em classes multisseriadas, com qualificação máxima de 4ª série. Quais os critérios que esperamos que estabeleçam para a escolha de livros didáticos? O técnico? O pragmático? Ou o puro senso comum?

É óbvio que a participação do professor deve ir muito além da simples indicação de um livro entre os muitos desconhecidos que compõem uma lista previamente selecionada a nível federal por critérios que ele simplesmente desconhece e que nunca lhe foram explicados.

Muitas vezes, os professores são incapazes de usar novos materiais e livros didáticos porque nem sequer têm a formação necessária para entender as mudanças ali propostas, e porque não existem recursos para reciclar adequadamente esses profissionais.

Um critério básico para a seleção e utilização de materiais ou livros didáticos é o de transformar esse processo num momento educativo para os professores. É preciso que as equipes técnicas já existentes passem a trabalhar junto aos professores, sentindo e ouvindo suas necessidades, e lhes forneçam esclarecimentos sobre os critérios que nortearam a produção e seleção de materiais.

Até que nossos professores tenham qualificação técnica capaz de resolver com total independência o melhor para seus alunos, não é possível a omissão.

Se não quisermos relegar nossos livros didáticos, mesmo os melhores, ao fracasso, faz-se necessário professores instruídos e bem treinados. É duvidoso acreditar que os materiais e livros didáticos poderão fazer sozinhos

grandes mudanças, sem padrões adequados de formação e treinamento de professores. Esses padrões exigem recursos e uma responsabilidade social com a educação que poucos governos têm demonstrado.

Corremos o risco de gastar nossas parcas verbas na produção descontrolada e pouco criteriosa de materiais e livros que chegam sem nenhum esclarecimento ao nosso despreparado professor que acaba não colocando as novas propostas em prática, ou o faz de forma mecânica e inadequada, conforme sua prática anterior.

As Secretarias de Educação precisam encontrar critérios realistas de seleção, produção e utilização do livro didático e envidar esforços para que a participação do professor aí se faça na medida do possível e não de forma idealizada. É preciso cuidar para que, na busca de melhores soluções para as crianças que afluem às séries iniciais de nossas escolas públicas, não acabemos por criar situações propícias para manter essas crianças nos níveis mais elementares de aprendizagem, prejudicando seu desenvolvimento potencial.

Em 1982, os Cadernos de Pesquisa tiveram a colaboração das seguintes pessoas no exame e na avaliação de artigos que lhe foram submetidos:

Albertina O. Costa, Ana Maria Poppovic, Carmen Barroso, Claudia Davis, Elba Siqueira de Sá Barretto, Eny M. Maia, Lisete R.G. Arelaro, Maria Christina M. Tavares, Maria Laura P.B. Franco, Marta W. Grosbaum, Teresa Roserley N. da Silva.